

## MUSEUS ANTROPOLÓGICOS NA CONTEMPORANEIDADE: PERFIL, PERSPECTIVAS E NOVOS DESAFIOS

**Camilo de Mello Vasconcellos**

Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo  
(MAE-USP)- Brasil

### Resumo

Este artigo trata do tema dos museus antropológicos numa perspectiva histórica e museológica, com ênfase especial ao caso brasileiro. Além disso, apresenta e discute um projeto de pesquisa que vem sendo desenvolvido por este autor, a respeito do papel dos museus universitários de natureza antropológica na contemporaneidade.

**Palavras-chave:** Museus. Museus antropológicos e Museologia brasileira

## MUSEOS ANTROPOLÓGICOS EN LA CONTEMPORANEIDAD PERFIL, PERSPECTIVAS Y NUEVOS DESAFÍOS

### Resumen

Este artículo trata de los museos antropológicos desde una perspectiva histórica y museal, con especial énfasis en el caso brasileño. Además, presenta y debate un proyecto de investigación -que se encuentra desarrollando el autor- referente al rol de los museos universitarios de naturaleza antropológica en la contemporaneidad.

**Palabras clave:** Museos. Museos antropológicos y Museología brasileña.

## ANTHROPOLOGICAL MUSEUMS TODAY: PROFILE, PERSPECTIVES AND NEW CHALLENGES

### Abstract

This paper analyses anthropological museums in a museological and historical perspective, with special emphasis on the Brazilian cases. In addition, it discusses a research project -which has been developed by this author- about the role of the anthropological university museums in contemporaneity.

**Key words:** Museums - Anthropology museums and Brazilian museology

## MUSEUS ANTROPOLÓGICOS NA CONTEMPORANEIDADE: PERFIL, PERSPECTIVAS E NOVOS DESAFIOS

**Camilo de Mello Vasconcellos**

Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo  
(MAE-USP)- Brasil

A relação entre a disciplina antropológica e os museus tem sido marcada por momentos de aproximação, distanciamento, ruptura, reaproximação e, mais recentemente, de novas perspectivas de diálogos.

Nesta trajetória, já na segunda metade do século XIX, a formação da antropologia esteve fortemente associada aos museus, antes mesmo desta disciplina ingressar no mundo acadêmico com o status de ciência. Até então, os museus eram os centros por excelência de produção de conhecimento antropológico, especialmente com relação às coleções etnográficas.

De certo modo, é possível dizer que a antropologia nasceu nos museus; ou, mais precisamente, que ela se estruturou na medida em que se formavam as grandes coleções etnográficas que vieram a enriquecer os acervos dos museus ocidentais. E até mesmo forneceram uma das bases para a produção das teorias antropológicas da época, notadamente o evolucionismo e o difusionismo.

O evolucionismo social, também conhecido como darwinismo social, oferecia um modelo de interpretação para explicar a diferença entre as sociedades em termos de estágios, ou seja, as sociedades humanas eram distintas pois possuíam diferentes graus de evolução (selvageria, barbárie e civilização). Obviamente estava implícito nesta categoria um conceito de cultura baseado no modelo europeu de existência e que estava em consonância com o projeto de expansão do projeto neo-colonialista europeu voltado, nesta época, para o processo de exploração das colônias africanas e asiáticas. Temos, portanto, uma visão de história marcada pela visão linear de progresso e cujo modelo era marcadamente eurocêntrico.

Por sua vez, os difusionistas estavam preocupados com os processos de difusão de objetos e traços culturais de uma para outra sociedade, e viam, portanto, esses objetos como meios de reconstituir esses mesmos processos. Assim, era possível identificar, segundo estes especialistas, um único centro de onde teriam partido todas as invenções culturais significativas da humanidade e era possível perceber também até mesmo as modificações nos objetos materiais destas sociedades (mais avançadas ou menos avançadas). Concebiam a humanidade como idêntica e a pensavam independentemente da sociedade e da cultura na qual estavam inseridos os distintos povos que dela faziam parte. Isto acabou influenciando inclusive os modelos expográficos dos grandes museus enciclopédicos do século XIX, cujo objetivo maior era narrar a história da humanidade desde suas origens mais remotas até o estágio mais avançado do processo evolutivo, ou seja, as modernas sociedades européias.

As teorias evolucionista e difusionista foram radicalmente contestadas por Franz Boas no final do século XIX e início do XX. Segundo este pensador, era fundamental que os antropólogos pensassem os objetos a partir de suas

funções e significados no âmbito do contexto cultural e da sociedade em que estavam inseridos. Era grande a preocupação deste antropólogo também em relação ao papel educacional dos museus para o grande público, especialmente estudantes e professores. Este pesquisador tentou harmonizar esses objetivos, mas em função de suas atividades acadêmicas acabou afastando-se do mundo museológico.

Franz Boas defendia também uma apresentação geográfica das coleções etnográficas nas exposições dos museus ao invés da clássica distribuição tipológica de objetos. “Sua principal contestação direcionava-se a evolucionistas e difusionistas que não articulavam os objetos no contexto onde eram produzidos e utilizados, mas os apresentavam isoladamente a partir de uma perspectiva eurocêntrica” (Kersten & Bonin, 2004, p.120).

Desta maneira, Boas acabou estabelecendo as bases de uma moderna antropologia ao refletir sobre as noções de raça e cultura, o que influenciou sobremaneira na forma de apresentação dos museus modernos, especialmente por privilegiar a temática da representação das diferentes culturas a partir do seu próprio contexto, ou seja, valorizando-as numa perspectiva diacrônica.

A partir dos anos vinte e trinta do século XX foi então que os museus deixaram de desempenhar a função de espaços de pesquisa científica, passando a pesquisa antropológica a ser produzida nos departamentos de antropologia social e cultural das universidades, pondo fim ao que autores como Stocking Jr. (1995), denominaram “era dos museus”. Esta separação pode oferecer algumas pistas para entendermos que apesar de continuarem existindo, os museus antropológicos, divorciados da pesquisa antropológica que ocorrera até então, acabam mergulhados em um certo ostracismo, especialmente na relação com a sociedade e especialmente com o público visitante.

Já a partir dos anos 1980, passa a verificar-se uma reaproximação entre os museus e as teorias antropológicas numa crítica às contingências históricas e sociais. Ou seja, ocorre uma aproximação fundamental em explicar as sociedades e os seus objetos numa perspectiva histórica, temporal, e os museus passam a ser valorizados como espaços de representação cultural e política dos vários grupos e categorias sociais existentes em seus acervos. Neste contexto foi que Stocking Jr (1995, p.239) formulou uma questão importante: “quem deve controlar a representação do significado dos outros?”

No caso particular do Brasil, esse foi um interesse que existiu desde o surgimento da antropologia no país, principalmente relacionado aos estudos das sociedades indígenas; já em outros países como Estados Unidos, França e Inglaterra tinham seus interesses iniciais voltados para o estudo de “outras culturas”.

Além de ter o objetivo voltado para o estudo da própria sociedade é tendência também, a partir desse período, o estudo sobre a comunidade dos antropólogos e as próprias teorias antropológicas. É nesse contexto que os museus também passam a ser alvo de pesquisa entre os antropólogos.

Neste momento, caberia então a pergunta: os museus deveriam funcionar no sentido de contribuir para a definição de uma sociedade

culturalmente homogênea ou no sentido de revelar e fortalecer as diferenças culturais?

Retomemos alguns pontos dessa discussão com o objetivo de situar uma questão que é essencial: atualmente, num contexto de globalização e tendência à homogeneização cultural, todos concordamos com a idéia de que seja fundamental apresentarmos, discutirmos e evidenciarmos em nossa prática expositiva e educacional, a temática da diversidade cultural, que perpassa as distintas sociedades representadas em nosso acervo.

Nesta direção, é fundamental mostrarmos a riqueza da diversidade cultural destas sociedades como possíveis soluções que foram dadas aos seus distintos contextos existenciais e materiais. Porém, não podemos ser ingênuos e acreditar que somente mostrando essas diferenças culturais podemos contribuir para o processo de tomada de consciência de nossas identidades. É necessário atentarmos para não sermos “presas fáceis” de uma idéia muito próxima ao modelo multiculturalista norte-americano, que acaba promovendo e difundindo este discurso da diversidade cultural quando, na verdade, apenas contribui para afastar cada vez mais as culturas distintas, os povos diferentes e reafirmando ainda mais os ódios, as alteridades e os quetos.

Desta maneira, não basta mostrar a diversidade cultural nos museus antropológicos. É necessário politizar esta questão e trabalhar no sentido de que é possível que os “diferentes” possam interagir e conviver, condição fundamental se quisermos construir um mundo realmente mais comprometido com a paz e a justiça social.

A valorização das diferenças não nos deve deixar perder de vista que a luta pela igualdade social e por uma sociedade mais justa ainda é uma bandeira pela qual vale a pena lutar. Esta também deve ser uma trincheira que deve envolver fundamentalmente os museus antropológicos, especialmente quando concebemos propostas e programas educativos, pois estes devem dar conta fundamentalmente das mudanças culturais em que estamos imersos.

### **A representação dos indígenas em museus antropológicos brasileiros: alguns apontamentos e novas tendências.**

As três mais importantes instituições museológicas brasileiras fundadas no século XIX (Museu Nacional do Rio de Janeiro, Museu Paulista em São Paulo e Museu Paraense Emílio Goeldi, na região amazônica), nasceram no contexto de uma forte tradição de pesquisa na área de História Natural. Qualquer pesquisador que estivesse interessado em aprofundar os seus conhecimentos em antropologia (especialmente nas áreas de arqueologia e etnologia) deveria necessariamente recorrer a estas instituições. Importante também acrescentar que as coleções de maior destaque em termos de pesquisa neste momento eram aquelas das áreas de zoologia e botânica, enquanto as de arqueologia e etnologia teriam uma importância maior bem mais tarde. Atualmente o Museu Paulista constitui-se em um museu de história da Universidade de São Paulo, pois as coleções de arqueologia e etnologia passaram, a partir de 1989, a constituir o novo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

Em 1953, era criado o Museu do Índio na cidade do Rio de Janeiro, por influência do grande antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro que levantava a bandeira de criação de um museu que deveria combater o preconceito contra o indígena. Pode-se afirmar que pela primeira vez uma instituição museológica assumia efetivamente um papel político, social e educacional e também favorável a uma causa: a causa indígena. Para este antropólogo, boa parte da visão preconceituosa e estereotipada contra os indígenas no Brasil devia-se em alguma medida, aos museus tradicionais e etnológicos brasileiros, existentes até então.

Passados mais de cinquenta anos da criação deste Museu e mais de cem dos primeiros museus de História Natural com importantes coleções arqueológicas e etnográficas referentes aos indígenas brasileiros, atualmente estamos assistindo a um processo interessante de autorepresentação dos indígenas em algumas instituições museológicas brasileiras.

Não são poucos os antropólogos, pesquisadores e diretores de museus de antropologia que já perceberam o perigo das visões que geram representações estanques e estereotipadas de alguns grupos sociais. No caso dos indígenas no Brasil, tem sido empreendido grande esforço para que não se continuem a reproduzir imagens de índios genéricos com base em determinados artefatos e registros orais, visuais ou sonoros.

O Museu do Índio tem sido exemplar a esse respeito, ao propor exposições, seminários e publicações que difundem pesquisas consistentes com a integração de grupos indígenas que participam efetivamente de suas próprias representações, num fenômeno singular a este respeito. Um exemplo disso, foi a mostra dos índios Waiãpi em 2001/2002 num processo conjunto que reuniu antropólogos, museólogos, educadores e os próprios índios Waiãpi.

Há também instituições que se encontram debatendo a questão da repatriação de objetos indígenas, demonstrando a crescente vitalidade desses grupos que, cada vez mais, entram em cena para defender os seus direitos e exigem também a possibilidade de terem voz e vez na auto-representação em nossos museus.

Além disso, o crescente diálogo entre grupos indígenas e antropólogos também vem produzindo um interessante movimento de criação de museus indígenas por iniciativas deles próprios, como o Museu Maguta dos índios Tikuna, no município de Benjamin Constant, no estado do Amazonas, e o recente Museu Koary, dos povos indígenas do Oiapoque, no Amapá, apoiado pela antropóloga da Universidade de São Paulo, Lux Vidal.

### **E os Museus Universitários de natureza Antropológica?**

Existe no Brasil um número bastante expressivo de museus antropológicos que reúnem importantes coleções de natureza arqueológica e etnográfica vinculados a diferentes universidades de nosso país.

Considerarei importante apresentar o contexto atual de uma pesquisa que estou realizando no âmbito da museologia, no sentido de contribuir para a compreensão da representação das sociedades indígenas em algumas instituições museológicas universitárias de nosso país, a partir das exposições que estas instituições apresentam ao público visitante.

No contexto deste projeto, interessa-me especialmente aquelas imagens e representações relativas às sociedades indígenas que vivem no interior dos museus de arqueologia e etnologia de algumas universidades brasileiras. Tais imagens são difundidas por intermédio de exposições museológicas e ações educativas que contribuem para a disseminação de narrativas específicas a respeito das referências patrimoniais das culturas indígenas representadas nesses espaços.

Esta pesquisa tem a preocupação de compreender o papel dos museus de arqueologia e etnologia na produção, circulação e consumo de determinadas mensagens que colaboram na conformação do imaginário a respeito das sociedades indígenas em nosso país, especificamente em relação à comunicação museológica.

Tal pesquisa vem sendo realizada em três instituições museológicas brasileiras de perfil antropológico e universitário: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia (MAE-UFBA, criado em 1983), Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás (MA-UFG, fundado em 1970) e finalmente, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP, resultado da fusão de acervos e instituições de natureza arqueológica e etnográfica no ano de 1989).

Como já dito anteriormente, meu objetivo com esta pesquisa está voltado para a análise do discurso das exposições de longa duração, a saber: MA-UFG (Exposição *Lavras e Louvres*, 2006), MAE-USP (Exposição *Formas de Humanidade*, 1995) e MAE-UFBA (com uma exposição de longa duração, sem um título específico).

Nas instituições pesquisadas foi possível notar algumas semelhanças e diferenças fundamentais, apontadas a seguir.

Primeiramente, ressalto a questão do discurso sobre o indígena que ainda é pautado por exposições que apresentam as sociedades indígenas tendo como parâmetro o período anterior e posterior ao contato com o colonizador, isto é, em exposições com ênfase na arqueologia pré-colonial (os indígenas já extintos) e na etnologia (o indígena ainda vivo no território brasileiro). Isto é mostrado separadamente em módulos distintos e com ênfases distintas. A única exceção é o Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás que, para mostrar o indígena da região Centro-Oeste, acaba usando tanto as coleções arqueológicas como as etnográficas para se referir ao indígena desta região do país, sem separá-los em módulos estanques de arqueologia e etnologia. Além disso, esta instituição busca também inserir a questão da presença do indígena atual no contexto da convivência com outros grupos que vivem nesta região central do território brasileiro como, por exemplo, junto com a presença de negros e mestiços, numa preocupação com a questão da identidade do homem da região do centro-oeste brasileiro.

Outro aspecto comum nas exposições analisadas refere-se à temática da diversidade cultural. Esta é bastante presente para mostrar que no Brasil existem mais de 200 etnias que falam línguas diferentes e que, portanto, representam culturas distintas umas das outras. Esta diversidade é apresentada nos aspectos temporal e espacial sem a preocupação com a questão das datações dos artefatos, no caso específico das sociedades pretéritas.

Aliás, no que diz respeito aos módulos arqueológicos é necessário ressaltar uma narrativa tradicional no discurso expográfico ao dar maior ênfase à classificação tipológica de artefatos da cultura material, deixando uma lacuna em relação à uma necessária contextualização destes objetos no âmbito da sociedade que os produziu. Esta é uma característica muito presente no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia, onde há um exagero, por exemplo, nas definições de técnicas de decoração dos recipientes cerâmicos com as suas respectivas nomenclaturas tão especializadas: *corrugada*, *digitungulada*, *ungulada*, *piriforme*, etc. Já nos outros dois museus analisados no âmbito desta pesquisa, notou-se uma preocupação diferenciada, pois foram utilizados recursos que possibilitaram um real e efetivo processo de comunicação junto ao público visitante, como por exemplo, na utilização de painéis e etiquetas ilustrativas, gavetas pedagógicas e aparatos audiovisuais. No MAE-USP, por exemplo, ocorre uma contextualização dos diferentes grupos indígenas a partir de suas diferenciadas atividades de subsistência, dando maior ênfase aos aspectos das sociedades de caçadores-coletores, pescadores e agricultores.

Na abordagem das sociedades indígenas atuais, nota-se que a linguagem fotográfica é comum a todas as instituições, numa tentativa de facilitar uma aproximação com o público visitante. Mesmo que este recurso represente um recorte momentâneo de um momento específico e não a realidade dos grupos indígenas propriamente – pois aí precisaríamos entender todo o contexto de quem fotografou, com que interesse, e como realizou este registro, além de outras questões pertinentes - o que se pode inferir é que este recurso acaba se tornando fundamental para iniciar uma discussão a respeito das sociedades indígenas, especialmente junto ao público escolar e aquele não especializado.

O Museu Antropológico da UFG utiliza, inclusive, linguagens da arte contemporânea – as famosas instalações – para referir-se ao indígena existente no território nacional, constituindo-se num elemento diferencial em relação às demais narrativas analisadas. É necessário ressaltar também que esta exposição, talvez por ser mais recente que as demais, inova na utilização de recursos expográficos e na abordagem antropológica apresentada.

Outro aspecto a ser ressaltado é aquele que diz respeito à relação entre a pesquisa especializada (no caso em arqueologia e etnologia) com a sua necessária transposição para o público não especializado. Considero que ainda exista uma forte tradição que privilegia o discurso curatorial do especialista nestas áreas do conhecimento. Desta maneira, a narrativa expositiva é, muitas vezes, o discurso de quem possui o conhecimento sobre o indígena, numa perspectiva que ainda distancia a possibilidade de uma maior aproximação com o público em geral.

Neste sentido, há um grande desafio que deve ser enfrentado pelos museus antropológicos universitários no sentido de buscar repensar esta relação ainda tão hierarquizada do processo de socialização e comunicação do conhecimento especializado. Entendo que a perspectiva deste conhecimento, uma vez presente no cenário expositivo não possui a mesma perspectiva da “pesquisa pura” realizada em outros locais. Deste modo, muitas vezes, a ênfase em relação à pesquisa em cultura material é tão forte que os indígenas não aparecem enquanto sociedades vivas e atuantes, mas apenas como produtores de objetos que até podem assumir um aspecto

atraente pela questão estética desses artefatos, ainda que descontextualizados. Sabemos que este é apenas um dos aspectos importantes, mas não o único. Talvez ainda sejamos herdeiros de uma tradição que remonta às primeiras exposições antropológicas do século XIX, tema esse por ser melhor investigado e equacionado.

Como resultado desse processo aludido acima, essas exposições necessitam de mediadores para estabelecerem um processo de comunicação com o visitante, especialmente junto ao público escolar que é o majoritário em todas essas três instituições. Sem a mediação de educadores, considero que as exposições não seriam compreendidas nas suas mensagens principais.

Dessa forma é necessário integrar, num esforço conjunto, os professores das escolas do ensino formal, os educadores dos museus, os museólogos, arqueólogos e etnólogos, para buscarem alternativas no sentido de contribuir para alterar o imaginário ainda preconceituoso sobre o indígena em nosso país, especialmente por parte do público que frequenta os nossos museus.

As tentativas vêm sendo propostas e são positivas, mas acredito que os museus universitários ainda carecem de uma maior definição na relação com a sociedade, que passa, inclusive, pela definição de um papel social e educacional mais atuante, do que aquele que efetivamente vem ocorrendo nos dias atuais.



## REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Museus etnográficos e práticas de colecionamento. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. nº 31. IPHAN, Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. CHAGAS, Mario & SANTOS, Myrian Sepúlveda. *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamond, Minc/IPHAN/DEMU, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O templo e o fórum: reflexões sobre museus, antropologia e cultura. *A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

\_\_\_\_\_. Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: 2007 (Col. Museu, Memória e Cidadania).

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade, & BONIN, Anamaria Aimoré. Para pensar os museus, ou quem deve controlar a representação do significado dos outros? *MUSAS- Revista Brasileira de Museus e Museologia*. Rio de Janeiro, n. 3, 2007.

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica. Os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

PIERUCCI, Antonio Flavio. *Ciladas da diferença*. São Paulo: Editora 34, 2000.

STOCKING JR, George W. (Ed.) . *History of Anthropology*. V. 3. *Objects and others. Essay on museum and material culture*. Madison: the University of Wisconsin Press, 1985.

VASCONCELLOS, Camilo de Mello. A função educativa de um museu universitário e antropológico: o caso do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. *Cadernos do CEOM*, nº 21, 2005. (Museus, pesquisa, acervo e comunicação)